

POLÍTICA

Arquivo/AE



Bisol: CPI.

Nesta página: CPI quer acelerar o processo de confisco dos bens dos parlamentares envolvidos nas fraudes do Orçamento. O deputado José Geraldo, um dos que mais enriqueceram, será ouvido hoje. **Página 5:** o procurador Aristides Junqueira não pretende usar os documentos obtidos pela CPI no inquérito policial sobre o assunto. **Página 6:** Sarney se defende de acusações ameaçando usar um arquivo que reuniu quando era presidente. **Página 7:** Congresso conclui a votação do regimento da revisão constitucional, derrubando a tese da bicameralidade.



José Sarney: discurso emocionado.

CPI pode pedir confisco de bens

SUBCOMISSÃO ACHA QUE PROCURADORIA JÁ PODE COMEÇAR A TOMAR PROVIDÊNCIAS CONTRA PARLAMENTARES QUE ENRIQUECERAM ILICITAMENTE



A subcomissão de assuntos patrimoniais da CPI do Orçamento quer acelerar o processo de confisco de bens dos parlamentares envolvidos no escândalo de manipulação de verbas federais. A subcomissão acredita que a Procuradoria da República pode começar a tomar de imediato providências para garantir o arresto ou sequestro dos bens dos parlamentares contra os quais já foram reunidas documentação e provas suficientes de enriquecimento ilícito. Uma das medidas cogitadas é a declaração de indisponibilidade de bens dos suspeitos.

Na próxima reunião administrativa da CPI, os senadores Luís Alberto (PTB-PR) e José Paulo Bisol (PSB-RS) vão apresentar ao presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), proposta de encaminhamento ao Ministério Público Federal de todas as provas de enriquecimento ilícito reunidas ao longo da investigação.

“PC ficou impune”

“PROVAS SUFICIENTES”

Os parlamentares querem evitar a repetição de fatos da CPI do caso PC. Segundo o senador Luís Alberto, o que aconteceu com PC é um alerta. “O senhor Paulo César Farias ficou impune, de posse de todos os seus bens, mesmo depois de desmontado o seu esquema de corrupção”. O parlamentar acredita que já existem provas su-

ficientes para tomar medidas para garantir a indisponibilidade de bens de cinco integrantes da máfia do Orçamento. A lista inclui os nomes dos deputados Manoel Moreira (PMDB-SP), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), João Alves (PPR-BA) e Cid Carvalho (PMDB-MA) e do ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos, cujas denúncias motivaram a criação da CPI.

Patrimônio

MOREIRA: “OCULTAÇÃO”.

A subcomissão já apurou em todos esses casos que os rendimentos declarados pelos envolvidos no esquema de corrupção são incompatíveis com o seu patrimônio. O caso considerado mais escandaloso, porém, é o do deputado Manoel Moreira, ligado ao ex-governador Orestes Quércia. Os integrantes da subcomissão dizem que o relatório preparado pela Receita Federal sobre o crescimento do seu patrimônio é simplesmente “demolidor”. O relatório inclui até um organograma sobre os testas-de-ferro usados por Moreira para ocultar seu real patrimônio.

A subcomissão também vai rastrear os cartões de crédito nacionais e internacionais dos suspeitos de envolvimento no escândalo do Orçamento. Com esse rastreamento, a intenção é verificar o fluxo de viagens ao Exterior dos implicados no escândalo, o que poderá ajudar na identificação de possíveis esquemas de lavagem de dinheiro.



Moreira: relatório “demolidor” da Receita.